

O BRASIL NA OCDE

Boletim Informativo

Nº 32 - Novembro de 2020



Encontros Ministeriais

Reunião do Conselho Ministerial da OCDE MCM 2020



Os Ministros, Braga Neto, Ernesto Araújo e Paulo Guedes, participaram nos dias 28 e 29 de outubro da Reunião do Conselho da OCDE em nível Ministerial. Durante os dois dias de reunião, os ministros e autoridades dos países membros e parceiros da OCDE intercambiaram ideias sobre como promover uma recuperação pós COVID-1 e que contribuição pode ser dada pela OCDE. Diversos dos ministros enfatizaram que os esforços de recuperação deveriam ser resilientes, "green" (verdes) e socialmente inclusivos. Em suas intervenções, os Ministros brasileiros ressaltaram a atuação do governo no combate à pandemia, com destaque para a recuperação da economia e as ações de apoio social. Reiteraram, ainda, o alinhamento do Brasil com os valores e práticas e a expectativa de iniciar o quanto antes o processo de adesão à OCDE.

A íntegra da declaração final da reunião, em que foi aprovada igualmente nova Recomendação sobre Letramento Financeiro, com a aderência do Brasil, pode ser encontrada [aqui](#).

Fórum Global sobre Excesso de Capacidade de Aço

O secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Itamaraty, Sarquis José Buainain Sarquis, representou o Brasil na reunião ministerial do Foro Global sobre Excesso de Capacidade de Aço (GFSEC) do G20/OCDE, realizada no dia 26 de outubro para analisar a situação da siderurgia mundial, com base no

[relatório anual do GFSEC](#). Em [declaração ministerial](#) adotada na ocasião, os ministros reafirmaram a urgência de encontrar uma solução para o problema do excesso de capacidade da produção e recomendaram aos líderes do G20 que mantenham o tema na agenda e apoiem os trabalhos do GFSEC.

Economia digital

Lançamento de estudos sobre era digital e telecomunicações no Brasil

No dia 26 de outubro, os ministros Braga Netto, Ernesto Araújo, Marcos Pontes e Fábio Faria e o Presidente da ANATEL, Leonardo Euler de Moraes, participaram do lançamento dos estudos “[A Caminho da Era Digital no Brasil](#)” e “[Avaliação da OCDE sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil 2020](#)”, ambos disponíveis nas versões em português e inglês. Durante o evento, que contou com a participação do Secretariado Geral da OCDE, Angel Gurría, destacou-se a importância da cooperação com a OCDE e das recomendações dos dois estudos para o aperfeiçoamento das políticas brasileiras na área digital. O SG fez questão de mencionar, ainda, o progresso significativo do Brasil na área digital, com ampliação do acesso à internet, disseminação da banda larga móvel e aprovação de leis importantes para fortalecer a segurança digital, a proteção de dados pessoais e dos consumidores.



Foto: Gustavo Magalhães/MRE

O estudo “A Caminho da Era Digital no Brasil” põe foco nas propostas e resultados já obtidos da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), bem como seu alinhamento com as recomendações da OCDE. Seguindo o marco analítico da iniciativa “Going Digital” da OCDE, o estudo está estruturado em 7 temas: a E-Digital, a infraestrutura do país para a economia digital, a adoção de tecnologias digitais, a confiança na economia digital, a inovação digital, a transformação digital da economia brasileira e, por fim, recomendações da OCDE para uma abordagem integral da transformação digital no Brasil.

Já o estudo “Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil, que contou com o engajamento do MCTI, do Ministério das Comunicações e da Anatel, apresenta ampla avaliação dessas áreas e traz recomendações em cinco áreas-chave: (i) melhoria do marco legal e do marco regulatório; (ii) revisão do marco de tributos, taxas e tarifas; (iii) melhoria das condições do mercado; (iv) promoção da competição nos mercados de comunicação e de radiodifusão; e (v) fortalecimento das políticas nacionais e a formulação de políticas

baseadas em evidências.

Temas Econômicos e Financeiros

Reunião do Comitê de Mercados Financeiros

Representantes do Banco Central e do Ministério da Economia acompanharam, nos dias 22 e 23 de outubro, a reunião do Comitê de Mercados Financeiros da OCDE sobre os riscos gerados pela pandemia no setor financeiro. A avaliação geral é de que o aumento do endividamento de empresas e a piora na qualidade dos créditos pode apontar para uma crise da dívida corporativa, se a recuperação da economia mundial não ocorrer rapidamente. Estão especialmente vulneráveis a choques as pequenas e médias empresas e empresas relacionadas ao setor de propriedade imobiliária comercial. Houve consenso em que seria importante manter, no curto prazo, os estímulos à economia.

Seminário conjunto entre Banco da Inglaterra, Banco da França, FMI e OCDE

Os Bancos Centrais da França e Inglaterra promoveram, em articulação com a OCDE e o FMI, nos dias 20 e 21, workshop sobre “International Capital Flows and Financial Policies”, com o objetivo de aprofundar o debate sobre o impacto sobre a estabilidade do sistema financeiro dos fluxos de capital e do surgimento de novos atores (para além dos bancos). A iniciativa, que deverá reproduzir-se anualmente, foi pensada para promover maior intercâmbio entre as autoridades monetárias e a pesquisa acadêmica, a fim de facilitar melhor compreensão de tendências e perspectivas dos fluxos de capitais. Nessa primeira edição do workshop, que contou com a participação do Banco Central do Brasil, foram analisados artigos acadêmicos sobre: o efeito da tributação sobre fluxos de capitais e transferência de lucros, percepções de risco em fluxos de capitais, os efeitos de riscos financeiros no preço de imóveis nos EUA e as possibilidades de regulação de fluxos de capitais dentro das regras dos Códigos de Liberalização da OCDE. Na ocasião, a economista chefe da OCDE, Laurence Boone, referiu-se à forte saída de capital de países emergentes durante os primeiros meses da pandemia COVID-19, que ocasionou queda da liquidez do dólar globalmente, e à política expansionista adotada por vários Bancos Centrais para oferecer maior liquidez ao sistema financeiro. Diante desse cenário, as discussões incluíram o papel de reservas robustas como fonte de maior resiliência. Saiba mais [aqui](#).

Rede de Agências de Promoção de Investimentos

A reunião da Rede de Agências de Promoção de Investimentos, da OCDE, realizada no dia 20 de outubro, avaliou o impacto da crise da COVID-19 sobre a promoção e facilitação de investimentos e o papel que podem desempenhar as agências na captação e retenção de investimentos durante a pandemia. Diante da perspectiva de queda dos fluxos de investimentos, as intervenções buscaram destacar a necessidade de "investir para sair da crise", para compensar as perdas econômicas durante a crise. Os participantes avaliaram, ainda, que a pandemia alterou os métodos de promoção de investimentos, com a introdução de novas tecnologias, como análise de big data, missões empresariais virtuais e matchmaking digital entre investidores e empresas.

Seminário sobre Incentivos Fiscais e Investimentos Estrangeiros

No dia 14 de outubro, a OCDE realizou seminário sobre Incentivos Fiscais e Política de Investimentos, aberto a delegados do Centro de Política Tributária e do Comitê de Investimentos da OCDE, para analisar

o impacto de incentivos fiscais na atração e retenção de Investimentos. Os debates giraram em torno dos custos e benefícios desse tipo de incentivos, em particular à luz dos impactos sobre as finanças públicas e de seu potencial distorcivo, com alguns questionamentos quanto ao grau em que os incentivos seriam efetivamente decisivos na atração de investimentos. Diversos participantes ressaltaram, no caso de concessão de incentivos, a necessidade de análise cuidadosa, coordenação entre os órgãos de governo envolvidos e prazos definidos para vigência. O Secretariado da OCDE apresentou projeto de estudo sobre esses incentivos, em fase de obtenção de dados, que está sendo realizado em conjunto pelo Centro de Política Tributária e o Comitê de Investimentos.

Conduta Empresarial Responsável

Em uma série de eventos virtuais no mês de outubro, a OCDE sediou as reuniões do grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável (WPRBC). Há interesse cada vez maior dos membros da OCDE em fortalecer os procedimentos de “due diligence” em cadeias de suprimento, especialmente após o movimento de alguns países membros da OCDE de incorporar nas respectivas legislações internas obrigações de “due diligence” para avaliar se foram respeitadas, ao longo da cadeia de produção, as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre temas de meio ambiente, sociais e de direitos humanos. Dentre as medidas que estão sendo analisadas está a criação de novo instrumento jurídico da OCDE sobre o tema, com recomendações para incorporar os princípios das diretrizes, originalmente direcionados a empresas multinacionais, à atuação do Estado em áreas como compras públicas, infraestrutura e outras medidas de apoio à atividade econômica, como incentivos e créditos à exportação. Estão sendo realizados estudos, igualmente, para reforçar a “due diligence” sobre os aspectos cobertos pelas Diretrizes no setor financeiro, envolvendo investimentos em ativos de longo prazo.

Turismo

Entre os dias 14-15 de outubro, o Brasil participou da Reunião do Comitê de Turismo da OCDE. O encontro teve foco em discussões sobre os graves efeitos da COVID-19 sobre o setor de turismo, bem como possíveis respostas eficazes e menos danosas do ponto de vista econômico para o enfrentamento da pandemia.

"Composite Leading Indicators"

Por ocasião das comemorações do dia internacional de estatísticas, no último dia 20 de outubro, a OCDE realizou seminário sobre a formulação do "Composite Leading Indicators", índice elaborado pela OCDE que oferece mensalmente avaliação da perspectiva futura da economia e que tem recebido grande atenção nos últimos seis meses em função do impacto da pandemia. A partir do pressuposto de que a economia tem comportamento cíclico, o CLI, desenvolvido na década de 1970, busca compensar essas flutuações para produzir avaliação mais estável, com menos sinais falsos, sobre o futuro da economia, levando em consideração, por exemplo, dados de construção, mercado acionário, pesquisas com empresas e consumidores e projeções de PIB, com vistas a antecipar inflexões no comportamento de economias selecionadas. No momento, a OCDE calcula o CLI para os países da OCDE e os BRICS, incluindo o Brasil.

Financiamento de desenvolvimento sustentável e clima



Com o objetivo de contribuir para as discussões sobre como alinhar investimentos e ajuda internacional para promover o desenvolvimento sustentável e os objetivos do Acordo de Paris, a OCDE publicou em 6 e 9 de novembro, respectivamente, os estudos "[Climate finance provided and mobilised by developed countries in 2013-2018](#)" e "[Global outlook on financing for sustainable development 2021](#)".

Governança

'Review' de governança de empresas estatais no Brasil

O secretário especial Diogo Mac Cord e o secretário Amaro Gomes, responsáveis no Ministério da Economia pela área de desestatização e governança de empresas estatais, participaram de sabatina do Brasil no Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização (WPSOPP) da OCDE no último dia 26 de outubro. A sabatina consistiu na etapa final do processo de avaliação ('review') da governança de empresas estatais federais à luz da Recomendação da OCDE sobre o tema, aprovada em 2015. A realização do review contou com apoio financeiro do fundo britânico Prosperity Fund.

O relatório final do 'review' reconheceu enormes avanços na governança de empresas estatais brasileiras nos últimos anos, em particular no contexto da implementação da Lei de Estatais, de 2016, e introdução de conjunto de boas práticas no atual governo. O documento traz ainda diretrizes para a privatização de empresas públicas e oferece lista de recomendações a serem implementadas pelo governo federal no curto e médio prazos, com destaque para a necessidade de elaboração de uma política de propriedade estatal ('ownership policy'), uniformização da governança entre as empresas e consolidação de dados e estatísticas. Com base nas conclusões do relatório, o Brasil foi considerado habilitado para requerer a adesão à Recomendação de 2015.

Auditoria de políticas públicas descentralizadas

Está em fase de conclusão estudo da OCDE, elaborado em parceria com o TCU e os Tribunais de Contas estaduais, para fortalecer a eficácia e a coerência da formulação e execução de políticas descentralizadas. O projeto buscou desenvolver um mapa de risco com base em indicadores para orientar a seleção de auditorias sobre impacto de políticas na área de educação. O modelo possibilita, entre outros que as auditorias avaliem a maturidade da governança multinível e explora modelos de governança para uma colaboração mais forte entre os diferentes tribunais de contas no país. Embora o estudo tenha escolhido a área de educação para aplicação da metodologia, há expectativa de que abordagem possa ser replicada na auditoria de outras políticas públicas descentralizadas.

Proteção de direitos de acionistas minoritários

A OCDE circulou, para aprovação do Comitê de Governança Corporativa, estudo realizado em articulação com o Ministério da Economia e a Comissão de Valores Mobiliários sobre a proteção de direitos de acionistas minoritários. O estudo compara o uso de ações derivadas (“derivative suits”) e arbitragem coletiva no Brasil e em jurisdições consideradas como detentoras das melhores práticas na área, e apresenta recomendações sobre eventuais mudanças legais e regulatórias que poderiam ser introduzidas para reforçar a proteção de direitos de acionistas minoritários no país. Trata-se da segunda fase de projeto financiado com o apoio financeiro do fundo britânico Prosperity Fund e que visa alinhar as práticas brasileiras aos Princípios da OCDE e G20 sobre Governança Corporativa.

Semana da OCDE sobre Compras Públicas e Infraestrutura

Representantes dos Ministérios da Economia, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional, Casa Civil e Relações Exteriores, dentre outros, participaram, na última semana de outubro, das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Compras Públicas (28/10) e da Rede de Altos Funcionários Responsáveis por Infraestrutura e Parcerias Público-Privadas (29/10), além da nova edição do Fórum da Governança de Infraestrutura (30/10). Tendo como parâmetro os princípios consagrados na Recomendação da OCDE sobre governança da infraestrutura da OCDE, aprovada em julho passado, as discussões giraram em torno do papel do Estado para atrair os investimentos necessários para contribuir para a recuperação econômica no contexto pós-pandemia. O Brasil participou, igualmente, no dia 2 de novembro, do lançamento do [Compêndio da OCDE sobre Infraestrutura de Qualidade](#), que reúne mais de 300 boas práticas em linha com as recomendações da OCDE para facilitar a implementação dos princípios do G-20 sobre o tema. Na ocasião, a Secretária Especial de Parcerias Públicos e Privadas do MECON, Marta Seillier, apresentou as medidas que o Brasil vem adotando nessa área com vistas a garantir uma recuperação resiliente, sustentável e inclusiva em linha com os princípios do G-20 e as recomendações da OCDE.



Consumidor

Campanha global da OCDE sobre segurança de brinquedos

Durante reunião do Comitê de Políticas ao Consumidor, a delegação brasileira confirmou intenção de participar da campanha anual da OCDE sobre segurança de produtos de consumo, que escolheu o tema da segurança de brinquedos vendidos on-line como foco da campanha de 2020. Com lançamento oficial no Dia Mundial dos Direitos da Criança, em 20 de novembro, a campanha busca sensibilizar a sociedade e o setor privado sobre os riscos e responsabilidades relacionadas à compra e venda on-line de brinquedos. A OCDE preparou material de divulgação, com foco em mídias sociais, a serem utilizadas pelas instituições parceiras no Brasil. O envolvimento do país reforça seu compromisso com a Recomendação da OCDE sobre Segurança de Produtos de Consumo, aprovada em julho pela organização e da qual o Brasil é o único país não membro signatário.

Suborno Internacional

Nos dias 12 a 16 de outubro, representantes da CGU, AGU, MPF e MRE participaram da reunião virtual do Grupo de Trabalho sobre Suborno (WGB) da OCDE. Os principais itens em pauta foram as avaliações dos Estados Unidos e Holanda, a revisão da Recomendação Antissuborno de 2019 e atualização dos membros sobre medidas relativas aos sistemas nacionais de combate à corrupção. Dada à amplitude da revisão da Recomendação Antissuborno, ficou decidida nova rodada de negociações prévias, na semana de 16 de novembro, sobre os pontos ainda faltantes da proposta em discussão pelos membros. Os resultados das negociações deverão ser reportados à próxima plenária do WGB, a se realizar de 8 a 11 de dezembro.

Agricultura e Meio Ambiente

GT Conjunto de Agricultura e Meio Ambiente

Nos dias 26 e 27 de outubro, o Brasil participou ativamente das discussões da reunião do Grupo de Trabalho Conjunto de Agricultura e Meio Ambiente (JWPAAE), onde contribuiu com suas experiências e visões sobre esquemas agroambientais de alto desempenho, políticas e desafios para mitigação de mudanças climáticas na agricultura e políticas para promoção de sequestro de carbono nos solos, entre outros. Na reunião, o Brasil destacou as políticas nacionais pertinentes, como a Reserva Legal do Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), em especial quanto aos sistemas de integração, como o de Lavoura Pecuária Floresta (ILPF), que tem possibilitado a produção de “carne carbono neutro” no país.

Químicos

Representantes dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e das Relações Exteriores (MRE) participaram, em 5 e 6 de novembro, da reunião conjunta do Comitê de Químicos e do Grupo de Trabalho sobre Químicos, Pesticidas e Biotecnologia. Na ocasião, o Brasil fez apresentação sobre a legislação nacional e os programas e políticas atualmente implementados no País para redução da exposição ao chumbo, em conformidade com a Declaração do Conselho da OCDE sobre Redução de Risco para Chumbo, à qual o Brasil aderiu em dezembro de 2018.

Educação

Diálogos sobre Reforma de Política Educacional

O Secretário Adjunto de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Mauro Luiz Rabelo, participou, juntamente com representantes do MEC e do MRE, da terceira edição dos Diálogos da OCDE sobre Reforma de Política Educacional (Education Policy Reform Dialogues – EPRD), realizada nos dias 26 e 27 de outubro. Com o tema “Back to Class? Shifting education practices towards a more resilient new normal”, o evento ofereceu espaço para discussão e troca de experiências entre os países sobre as estratégias e os desafios atualmente enfrentados para reabertura de escolas, adoção de regimes presenciais e usos da tecnologia para processos de ensino e aprendizagem no atual contexto de pandemia.

Temas sociais

Comitê de Emprego, Trabalho e Temas Sociais

Representantes dos Ministérios da Economia, da Cidadania e de DELBRASPAR acompanharam, nos dias 7, 14 e 21 de outubro, as reuniões do Comitê de Emprego, Trabalho e Temas Sociais (ELSAC) da OCDE. Além de decidir sobre as prioridades do Programa de Trabalho e Orçamento do Comitê para o biênio 2021-2022, os países membros discutiram os desafios trazidos pela COVID-19 às políticas ativas de mercado de trabalho e a programas de capacitação. O ELSAC apreciou, ainda, relatório sobre implementação da Recomendação do Conselho sobre Saúde Mental, Competências e Política de Trabalho integradas, à qual o Brasil ainda não aderiu.

Desenvolvimento regional

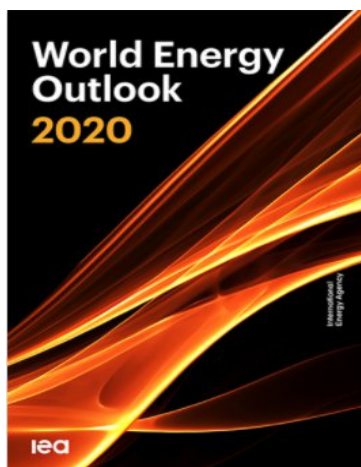
Representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e das Relações Exteriores (MRE) acompanharam as reuniões do Comitê de Política de Desenvolvimento Regional (RDPC) da OCDE, realizada nos dias 29/10, 4/11 e 5/11, bem como de seus grupos de trabalho sobre indicadores territoriais (WPTI, 28/10) e política urbana (WPURB, 3/11). Para as reuniões do grupo de trabalho sobre políticas rurais (WPRUR, 26 e 27/10), a delegação brasileira contou, igualmente, com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Como ponto comum a todas as reuniões, os países discutiram os impactos territoriais da pandemia COVID-19, os desafios existentes para reduzir o impacto da atual crise sanitária sobre as desigualdades regionais, bem como o papel das políticas rurais e urbanas para favorecer a retomada econômica.

Transporte

Foro Internacional de Transportes (ITF)

O Brasil acompanhou no mês de outubro, a extensa agenda de trabalho do ITF. Representantes do Minfra, do MDR, do MRE, do DENATRAN, da ANAC e da ANTAQ participaram nos dias 26 e 27 de outubro do Comitê de Pesquisas sobre Transportes (TRC), com discussões sobre os estudos e eventos técnicos desenvolvidos pelo ITF, especialmente em matéria de mobilidade urbana, inovação, infraestrutura para transportes e segurança rodoviária. No dia 28, eles acompanharam a reunião das Task Forces 21 e 22, que discutem os temas e agendas das próximas reuniões Ministeriais do ITF, que deverão ocorrer em 2021 e em 2022, sempre no mês de maio, em Leipzig, Alemanha. Por iniciativa do Secretariado, o Brasil foi convidado ainda a efetuar, durante a reunião do Conselho de Gestão de Transportes (TMB), em 29 e 30 de outubro, apresentação sobre suas prioridades em matéria de políticas públicas no setor de transportes. As reuniões foram precedidas de sessão informativa, realizada no dia 15 de outubro, sobre a estrutura, funcionamento e principais projetos atualmente desenvolvidos pelo ITF. Na reunião, representantes das áreas competentes no Brasil puderam esclarecer dúvidas sobre a dinâmica do trabalho do ITF e identificar áreas de maior interesse para a atuação brasileira no Fórum. Foram apontados como prioritários os seguintes temas: estudos sobre parcerias público-privadas para investimento em infraestrutura de transportes, descarbonização, mobilidade urbana, além dos trabalhos do ITF sobre ferrovias e o setor aéreo. O ITF é um think tank ligado à OCDE que estuda e discute questões relacionadas a todos os modais de transportes, do qual o Brasil se tornou observador recentemente.

Energia



World Energy Outlook

No último dia 13/10, a Agência Internacional de Energia divulgou a edição anual do relatório do “World Energy Outlook” (WEO), com as principais previsões da organização sobre as tendências do mercado mundial de energia nos próximos dez anos. Em meio às profundas transformações e incertezas causadas pela COVID-19, o relatório sugere ser necessário um aumento da ambição das políticas públicas no setor energia para desenvolver um sistema de energia resiliente e sustentável, capaz de atender às metas climáticas.

O sumário executivo WEO 2020 está disponível [aqui](#).

Outras organizações internacionais econômicas

BIPM - Grupo de Governança

O Brasil co-presidiu, no dia 16 de outubro, juntamente com o Reino Unido, reunião do Grupo de Trabalho criado no âmbito do BIPM para discutir o aperfeiçoamento da governança da organização, incluindo a relação e funcionamento dos órgãos. Representantes do INMETRO participaram ativamente do debate, insistindo na importância de assegurar maior transparência e ampla participação dos membros nas discussões do BIPM. A fim de dar continuidade ao debate, acordou-se encaminhar questionário para colher as impressões dos membros sobre possíveis encaminhamentos.

OIV

Em preparação à sua próxima Assembleia Geral, que será realizada no dia 26 de novembro, a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) realizou, por meio virtual, várias reuniões dos Comitês e Grupos de Trabalho Técnicos em que foram levadas a cabo discussões de temas como etiquetagem, rotulagem nutricional, e-label, certificação eletrônica, indicação geográfica, impacto das mudanças do clima sobre a produção vitivinícola e impacto da pandemia sobre o setor, entre outros. A OIV também está avaliando mudanças internas no seu regulamento interno a fim de facilitar a adoção de decisões à distância.

CALENDÁRIO DE EVENTOS – Novembro

Todos os eventos se realizarão virtualmente

- 12** OECD/GOV Webinar: Crisis as Engine of Public Sector Trust: Opportunities for COVID-19 Recovery
- 12** Working Group on International Investment Statistics
- 12** Economic and Development Review Committee (EDRC) – Turquia
- 12** Session 2. Committee on Digital Economic Policy
- 12** Working Party for the OECD Patient Reported Indicator Surveys
- 16** Committee on Industry, Innovation and Entrepreneurship Counsellors' Briefing
- 16 a 17** 3rd OECD Roundtable on Cities and Regions for the Sustainable Development Goals
- 16 a 18** 28th session of the Education Policy Committee
- 16 a 19** 62nd session of the Public Governance Committee
- 16 a 19** 23rd session of the Regulatory Policy Committee
- 16 a 19** OECD Global Blockchain Policy Forum
- 17** Network of Economic Regulators
- 17** Working Party on Measurement and Analysis of the Digital Economy
- 17** Working Party on Data Governance and Privacy in the Digital Economy
- 17** Participants to the Arrangement on Officially Supported Export Credits
- 17 a 19** Working Party No. 2 (WP2) of the Committee of Fiscal Affairs
- 17 a 20** Preparatory Meetings of the Working Group on Bribery on the Review of the Anti-Bribery Recommendation
- 18** Working Party No. 1 on Tax Conventions and Related Questions
- 18 a 19** Latin American and Caribbean Anti-Corruption Law Enforcement Network
- 19** Conference of the Parties to the Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent Base Erosion and Profit Shifting
- 19** NAEC Seminar on Angrynomics

19	Session 3. Committee on Digital Economy Policy
19 a 20	103rd Session of the Centre for Educational Research and Innovation Governing Board
20	Joint Meeting of Tax and Environment Experts
20	Joint PGC/RPC session: New agile approaches to tackling disruption, complexity and transborder challenges
20	Virtual Friends of Going Digital with Ambassadors
23	Working Party on Social Policy
23	Joint Working Party on Agriculture and Trade
23 a 24	Working Party on Security in the Digital Economy
23 a 25	STI Outlook 2020 High-Level Debate and 117th Session of the Committee for Scientific and Technological Policy
24	Session 4. Committee on Digital Economy Policy
24	Working Party No. 9 on Consumption Taxes
24 a 25	Corporate Governance Committee
24 a 26	Working Party on Agricultural Policies and Markets
24 a 26	Green Growth and Sustainable Development Forum
25	Joint Meeting WP2/WP9 - COVID-19 Tax policy roundtable
25	Council Working Party on Shipbuilding
25	Informal Health Committee seminar on "Handling the Second Wave of Covid-19"
25	Launch of the OECD Centre on Well-Being, Inclusion, Sustainability and Equal Opportunity
26 a 27	Committee on Industry, Innovation and Entrepreneurship
26 a 27	Policy Dialogue on Social Protection and Development
30	Session 5. Committee on Digital Economy Policy
30	Working Party 2 on Competition and Regulation
30	Working Party on Social Policy



@CarlosCozendey

Delegado do Brasil junto a Organizações

Econômicas Internacionais em Paris

Ambassade du Brésil à Paris

34 Cours Albert 1^{er}75008 Paris, France

+33 01 45 61 63 00

delparis@itamaraty.gov.br